

História e Literatura na Província: Ceará nos Anos de 1860*

*José Ernesto Pimentel Filho***

Os anos da década de 1860 viram aparecer duas narrativas sobre o passado cearense. A primeira foi a *Lenda do Ceará* (Iracema), por José de Alencar, a segunda, a *História da Província do Ceará*, por seu primo Tristão de Alencar Araripe. Dois ângulos opostos enfocam os sucessos transatos. Um assume-se como invenção, o outro como realismo histórico. Um é conservador, o outro é progressista. Um movido pelo saudoso, o outro pelo futuro. Mas ambos os ângulos se iluminam, já que as duas obras traçam o destino dos vencidos como tragédia¹.

Tristão de Alencar Araripe, o filho de Tristão Gonçalves, está dentro da tradição liberal que tem origem, ainda nos liberais patriotas atuantes em 1817 e 1824. Anos após esse início, que teve forte veio revolucionário, o liberalismo será hegemônico no Ceará, muito embora, possa-se dizer que em diferentes momentos e sob formas variadas as representações liberais tenham se colado ao mito romântico de Iracema. Seria quase inevitável pela força das imagens da natureza e da cultura que José de Alencar nos traz aos olhos, à consciência e à imaginação literária.

* Comunicação apresentada no V Encontro Estadual de História, Fortaleza, 06 a 08 de novembro de 1996.

** Professor da Universidade Federal da Paraíba. ¹Para o romance de José de Alencar, vide as considerações literárias do artigo de Sânzio de Azevedo, "Releitura de Iracema". In: Sânzio de Azevedo. *Aspectos da Literatura Cearense*. Fortaleza: Edições UFC/Academia Cearense de Letras, 1982, pp. 85-108. Para ele, Iracema aproximar-se-ia do "romance dramático", por sua vez próximo da tragédia poética: "Talvez aqui se enquadrasse melhor o romance alencarino: como se sabe, em Iracema é a morte da bela índia que põe termo ao enredo: é verdade que alguma coisa ainda se diz os anos que se passaram depois de sua morte, mas isso a rigor não prolonga a fabulação" (p. 88).

É privilegiadamente na historiografia em nascimento que vemos ter continuidade uma construção imaginária relacionada com as idéias liberais e com o desenvolvimento local das mesmas. Não é nossa intenção, contudo, dizer que só houve continuidades ou atribuir a elas qualquer teleologia. Ou afirmar ainda que os agentes históricos, sejam indivíduos, sejam as classes dominantes, tinham plena consciência - logo, controle - desses processos. Se isso fosse verdadeiro, nossa análise seria de tipo exclusivamente ideológica, sem precisar recorrer da metodologia da história das mentalidades, nem do conceito de imaginário. Nossa abordagem se pretende histórica, com tudo que essa adjetivação implica em termos de indeterminação.

A **História da Província do Ceará** teve motivações que se ligaram ainda aos traumas políticos locais.

A MEMÓRIA DO PAI

O imaginário local havia impregnado, em função da Confederação de 1824, todo um conteúdo radical à noção de patriotas. Tendo sido composto por líderes de um liberalismo radical e violento, eram vistos por todos como gente desordeira e vil. Na década de 40 do século passado, porém, o liberalismo cearense já havia experimentado profundas modificações, o que implicou uma relação conflituosa e mal resolvida para com seu passado. Martiniano de Alencar, o pai do escritor, perdera o irmão no processo repressivo à Confederação, e a retidão de seu caráter, relacionado à alcunha de líder dos "cearenses bárbaros", punha em xeque não só a figura do chefe oligárquico, mas a legitimidade do passado liberal cearense.

Assim expõe Tristão de Alencar Araripe:

Quando cursava as aulas preparatórias, tive em mãos um compêndio da História do Brasil, no qual, tratando-se da proclamação da independência nas províncias do Piauí e Maranhão, dizia-se que os Cearenses, como

horda de vandalos, havião invadido essas duas províncias, commetendo tropelias wazzu e latrocínios².

A reação de Alencar Araripe foi a de começar a compulsar os documentos e organizar uma história:

Vi quão desnaturada estava a narração de um facto recente, e quão mais apreciado havia sido um importante serviço prestado por homens briozos, que não se contentaram com aceitar na terra natal a idéa grandiosa da independência nacional, mas que, impondo-se um espontaneo sacrificio, haviam eficazmente conconido para que essa idéa se tomasse uma realidade em mais duas províncias do império.³

Essa história, a primeira da historiografia cearense, não se restringiria, quando do seu planejamento, à narrativa da Confederação do Equador, mas seria uma concepção abrangente dos fatos locais e má interpretação liberal desses fatos, inclusive do que representou a revolução de Pinto Madeira:

Nas minhas investigações conheci, que os impulsos do coração na puericia não me haviam iludido, recusando fé ás palavras do escriptor, que sem informações sinceras injuriava uma província inteira: adiantei-me na indagação dos sucessos, e lancei alguns traços sobre a história do Ceará, abrangendo o espaço decorrido desde os tempos primitivos, em que no seo territorio vagavam os Potiguaras, e os Tabajáras até a época, em que a guerra civil de Pinto Madeira ostentou os perigos da superstição, fascinando um povo pouco iluminado.⁴

Alencar Araripe, porém, não publicou de imediato sua obra, que era ainda um conjunto desconexo de notas. Além disso, o tempo parecia ir amenizando o peso do passado. O fato traumático ia se acomodando no esquecimento: *se vive no passado, morre um pouco a cada dia*⁵.

² Vide Tristão de Alencar Araripe. História da Província do Ceará. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1867.

³ Idem, p. VII.

⁴ Idem, p. VIII.

⁵ Pennitimo-nos aqui a citação da frase final do filme **Cabo do Medo**, de Martin Scorsese.

Triste engano, narra-nos nosso primeiro historiador cearense:

E quando já d'esse trabalho me não lembrava, vejo repetida a injustiça das apreciações erroneas pela insciencia dos factos: Desta vez os nomes de meo pai, o finado tenente-coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e de meo tio, o falecido senador José Martiniano de Alencar, são mencionados⁶.

As acusações haviam sido feitas pelo Diário de Pernambuco, por volta do início dos anos sessenta do século passado, demonstrando a persistência da mácula cearense no imaginário social.

As acusações eram demasiadamente fortes, especialmente para o ator em questão:

“Estou certo, que não ouvirei mais dizer, que o tenente-coronel Tristão Gonçalves foi por seu irmão induzido a adoptar idéas, cujo alcance não compreendia, e que por esse irmão foi sacrificado”⁷

Para Alencar Araripe, tratava-se de resolver limpar o nome da família, a tradição política e dramas pessoais através da investigação positiva dos fatos. Com esse intuito, publicou o primeiro volume, mas não chegou a tocar no ponto que lhe era crucial. Retornaremos mais à frente a esse fato. O intento acabou ganhando outras significações para o momento em que viveu.

Métodos Historiográficos e Tensão Realista

A História da Província do Ceará inscreve-se num cruzamento de influências sociais e mentais múltiplas, mas opta definitivamente por inserir-se como portadora de um racionalismo objetivista que ganhará maiores dimensões na década seguinte. Esse racionalismo, entendemo-lo tal como define Coastoriadis: “A história do futuro será o que ela deve ser, verá nascer uma

⁶ Ibidem.

⁷ Idem, p. X.

sociedade racional que encarnará as aspirações da humanidade, onde o homem será enfim humano”⁸

Trata-se de uma explicação do passado provincial a partir de um naturalismo teleológico que aponta para o progresso e a civilização, mas não sem sentir os impasses e problemas que decorrem desse imã mental que os atraía em meados do século.

Em primeira abordagem, vemos que ela paga tributos à imaginação literária que vigorava, ao descrever, com suas palavras ou de outrem, em forte carga emotiva, os elementos topográficos. A História da Província do Ceará tem, por vezes, o elemento geográfico e natural como motivo poético. Pesa aqui a formação clássica que lhe definiu o papel da história em estimular o amor pátrio⁹, que pode ser o Brasil, mas que frequentemente é o Ceará.

O indianismo arcádico tem seus resíduos. Algumas passagens recuam a interpretação ou a narrativa dos fatos para trazerem trechos de Santa Rita Durão. O Caramuru tem seus versos citados três vezes ao longo do livro¹⁰. Quando o autor nos fala das lutas entre os nativos e o espírito de preservação dos “sítios abundantes de caça e pesca”¹¹ que os animava, explica: “É este sentimento das hordas brasileiras, que tão bem exprime o poema Caramuru”¹²

Esses são aspectos pontuais e residuais da narrativa.

Em verdade, a crítica das fontes está relativamente desenvolvida em Alencar Araripe. Seu trabalho de investigação está

⁸ Vide Cornélius Castoriadis. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 56. A análise aqui recaiu sobre Marx e sobre o marxismo como decorrência do hegelianismo, mas penso que enquadra-se também no realismo do século XIX, em geral.

⁹ Vide o “Prefácio” de Tristão de Alencar Araripe (op. cit., p. III e IV) em que ele faz citação a Grécia e Roma. Diz-nos de saída: “Intentei escrever a história do Ceará, uma das esperançosas províncias do imperio brasileiro, para dar testemunho de amor ao solo patrio” (p. III do Prefácio).

¹⁰ vide Tristão de Alencar Araripe, op. cit., p. 21, p. 23 e p. 78.

¹¹ Idem, p. 23.

¹² Ibidem.

hipotecado por um racionalismo pautado no “bom senso”, que a modernidade cartesiana nos ensinou. De tudo se deve duvidar, a menos que esteja positivamente comprovado. A forma básica de comprovação é o cotejo de fontes diversas, inclusive as orais.

De outro lado, o raciocínio jurídico era imprescindível:

A leitura dos antigos historiadores me tem convencido da necessidade de documentar a História. Escreve-la é proferir continuos julgamentos; e nenhum juiz imparcial deve recuzar os fundamentos da sua sentença, para que se conheça, si é justa¹³.

A existência da historiografia positivista da segunda metade do século XIX com um Buckle, ou os membros da Escola Metódica francesa, ainda iria se construir e, evidente, essa influência estava ausente no autor cearense. Na apreciação de Alencar Araripe, portanto, o que mais importava era a prova quase jurídica e de valor. Ele respira insatisfeito pelos réus: “Quantos juízos sobre importantes personagens históricos se nos afiguram hoje exagerados, ou deficientes!”¹⁴ Exige o critério das avaliações e, como corolário indispensável desse ato de julgar, a exposição dos documentos.

Esteve catalogando documentos oficiais nas câmaras do Aquiraz, na secretaria do governo imperial, recorreu a memórias de contemporâneos. É frequente a referência a fontes populares ou da “tradição”, como ele nos diz. Ele as tem como metodologia garantidora de certos aspectos da história. Diz-nos sobre a ascendência de Antonio Camarão: “A tradição oral, fonte importantíssima da verdade histórica, é constante em dar o ilustre indígena como oriundo da Ibiapabapa”¹⁵. Todavia faz uso da tradição como reforço a outras fontes, para endossar o mito de Poti, já referido dois anos antes em Iracema¹⁶.

Em questões mais traumática, como as secas no final do século XVIII, exerce sua atividade de crítica, contradizendo as

¹³ Idem, p. 97.

¹⁶ A historiografia tem hoje o nascimento de Poti, irmão de Jacaúna, como tendo sido no Rio Grande do Norte.

fontes orais. Trata-se de uma importante passagem para avaliarmos seus critérios técnicos de crítica histórica e suas limitações ideológicas.

Ao falar das secas, contesta o fato de se ter morrido de fome. O bom senso aliado a fatores ecológicos, como a suposta inesgotável fonte de recursos das matas cearenses, contestariam cabalmente os contos do povo. Para Alencar Araripe haveria “exageração”¹⁷. Segundo nos diz quase ingenuamente: “Si alguém morria, era isso antes devido às molestias rezultantes dos rigores das estações, e da má alimentação, do que propriamente de fome”¹⁸. Antes de tudo, essa crítica estreita das fontes nos mostra o mal uso da tradição oral e impõe a ela os mesmos critérios de precisão que a crítica do documento escrito. É mesmo ridículo que possa pensar que a tradição oral fosse estabelecer classificações que pudessem distinguir os males decorrentes da desnutrição do que seria estritamente fome. De fato, o que nos parece perpassar é uma leitura que prima por valorizar e ufanar as condições telúricas. O clima e o solo não são pensados como impróprios à Moda na Província. Os liberais cearenses sempre estiveram otimistas com as possibilidades de transformação das condições naturais cearenses pela via do trabalho. Falar em seca parecia-lhes falar em acomodação, ignorância e atribuição pejorativa.

Alencar Araripe busca desfazer o fatalismo atribuído à seca, quando trata, em outra passagem, a respeito das conseqüências demográficas que as secas trazem:

Julgamos, porém, que taes sêcas não cauzaram atrazo á população da provincia; primeiramente, porque muito exagera-se o estrago d'ellas, não sendo a mortandade da gente quanta se afigura, nem sendo tão crescida essa apregoada emigração e em segundo lugar porque, quando real fosse esse atrazo, todos sabem que as perdas de uma população em consequência de qualquer flagello em breve se recuperam, conforme a ação reparadora da

¹⁷ Vide Tristão de Alencar Araripe, op. cit., p. 124.

¹⁸ Ibidem.

natureza, já por considerável acréscimo de nascimentos, já pela sensível diminuição dos óbitos. É um fato constante n'essas ocasiões de sêca que si alguma população nossa emigra para o Maranhão e Piauí, outra igual ou maior população entra para a nossa província, vindo dos sertões da Paraíba e Rio-Grande-do-Norte, flagelados igualmente pela seca nas mesmas épocas buscar abrigo no ubenimo distrito do Crato¹⁹.

Caberia notar na citação acima o valor negativo que tem, para os liberais, a perda de braços para o trabalho. Seria perder riquezas profundamente danosas no desenvolvimento economico da Província. Esse valor da mão-de-obra era reconhecido contemporaneamente pelas obras de demografia então empreendidas pelo Senador Pompeu. Anos mais tarde, por volta da década de noventa, seu filho homônimo, o Sr. Pompeu, publicará artigo na Revista da Academia Cearense, onde inicia elogiando a grande importância da vida humana no progresso do mundo civilizado.

Há passagens da História escrita por Alencar Araripe em que ele recorre ao artifício da descrição etnográfica em substituição à consulta de documentos. Recurso até certo ponto legítimo e que será admitido anos mais tarde entre os metódicos (Langlois e Seignobos) franceses como válido para o preenchimento das lacunas possíveis que a enumeração cronológica dos documentos possa deixar. A generalização lógico-dedutiva, então, substituiria a investigação empírica. É o que faz Alencar Araripe no caso das considerações sobre a propriedade entre os indígenas.

O estranhamento da outra forma cultural vem sob a maneira de norma social, delimitando o valor liberal intocável: "A propriedade é a idéia, que fixa, e desenvolve o homem social: tirado esse ligamen, não ha sociedade possível"²⁰; no que devemos entender aqui por "sociedade" como boa sociabilidade ou civilização. Logo em seguida nos traz uma transcrição do trabalho escrito

¹⁹ Idem, p. 42.

²⁰ Idem, p. 73.

pelo Pe. Simão de Vasconcelos, e nos esclarece: "Copiando-a, descrevemos o indígena das nossas aldeias"²¹

Evidente que tais erros não são simples equívocos, mas uma leitura ideológica da realidade e constituem uma visão parcial do livro. O senso de crítica histórica lhe é razoável para a época, sem deixar de ter influência decisiva o caráter positivista e liberal.

A narrativa histórica de Alencar Araripe tem também um valor crítico considerável ao fazer a exposição, em diversas passagens, do que foi a prática da colonização e suas implicações para o mundo indígena.

O avanço relativo da crítica das fontes foi um elemento importante na confrontação entre ideologia e realidade histórica, o que garante o valor intelectual da obra. Intuição metodológica em história e Visão de mundo chocam-se para produzir um discurso sem uma saída conveniente. Em outros termos: de uma parte, a vida indígena, vista como pura (resíduos da ideologia indianista, seja arcádica, seja romântica), bem como os ideais de progresso (paradigma liberal-positivo predominante). De outro, em pleno choque, a crueldade e a ambição no europeu; o estado de selvageria das hordas indígenas.

Adeus ao Passado

A motivação intelectual mais ampla e coletiva está comprometida com o futuro:

A posteridade quererá conhecer como incultas selvas transformarão-se em cidades; como invios sertões abriram-se a commodas estradas; como paludosas xamecas combriram-se de proficuas culturas, e como em nossos mares e suberbos nos domina a espantosa força do vapor, substituindo uma população numeroza e rica á hordas mingoadas e miseraveis²².

²¹ Ibidem.

²² Idem, p. V.

Isso associa seu liberalismo a sua escrita e, retomando o que foi dito inicialmente, afasta-o da lenda de Iracema. Esta, pauta-se em três elementos básicos: a saudade, o sofrimento e a tristeza/resignação. A saudade: é a do guerreiro branco Martim ao sonhar constantemente com a Europa²³. Quando ele parte do Ceará acompanhado do filho, volta pelas asas da saudade a terra onde espousara a virgem²⁴. O sofrimento está em Moacir e a tristeza resignada de amor é Iracema. A apologia do saudoso, quase passadista, está colocada por José de Alencar em sua lenda romântica²⁵.

Concordamos com a análise do autor de *Dialética da Colonização*, ao mostrar no âmago do indianismo alencariano a ideologia conservadora²⁶ e a submissão de uma etnia a outra²⁷. Isso aproxima e afasta os dois autores primos.

²³ Parece-nos que houve equívoco de Sânzio de Azevedo (op. cit.) ao dizer que Martins Soares Moreno “segundo o enredo do romance, teria nascido no Rio Grande do Norte” p. 94). Vemos que no argumento histórico do romance, Alencar nos diz que Martim Soares Moreno viera do Rio Grande do Norte para a primeira expedição ao Ceará e que o mesmo “foi um dos excelentes cabos portugueses”. A p. 58, Iracema provoca explicações ao guerreiro branco: “Agora só buscas as praias ardentes, porque o mar que lá murmura vem dos campos em que nasceste”.

²⁴ “Enquanto vagas assim à discrição do vento, airoso barco, volta às brancas areias a saudade, que te acompanha, mas não se parte da terra onde revoa”. Vide José de Alencar, op. cit., p. 20.

²⁵ Sânzio de Azevedo nos propõe a seguinte leitura: “o vento traz da praia o eco do nome da bela índia e talvez pela força da saudade renasce todo o drama, que se desenrola até novamente nos encontrarmos no instante em que havíamos ficado ao iniciar a leitura” (grifos nossos, op. cit., p. 89). Ressaltamos o caráter migrante, de certa força saudoso do cearense já presente nessa passagem do romance: “O primeiro cearense, ainda no berço, emigrava da terra da pátria. Havia aí a predestinação de uma raça?” José de Alencar, op. cit., p. 64).

²⁶ No quadro ideológico amplo, Bosi nos diz: “Há um nó apertado de pensamento conservador, mito indianista e metáfora romântica na rede narrativa de *O Guarani*” (Vide Alfredo Bosi. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 180). Mais à frente parece filiar o Alencar literato ao regressismo e à conciliação, num contraponto com Gonçalves Dias (idem, p. 185).

²⁷ “Nas histórias de Peri e de Iracema a entrega do índio ao branco é incondicional, faz-se de corpo e alma, implicando sacrifício e abandono da sua

A submissão em Iracema tem gosto de predestinação. Terão também a sua predestinação as comunidades indígenas que vieram à tona na historiografia de Alencar Araripe. Voltaremos a isso um pouco à frente. Porém, Alencar Araripe tem em seu trabalho desejos claramente afinados com o liberalismo chimango, admirador do progresso europeu, da modernidade industrial. O regresso conservador (tendo à frente os saquaremas e os conservadores em geral) embora igualmente oriundo do liberalismo vitorioso com a abdicação, era muito mais retrógrado. Era pouco afinado com a política modernizante da Inglaterra, ao pregar o trabalho livre e, com isso, ameaçava a estrutura fundiária²⁸.

Os elementos ideológicos do liberalismo chimango, aliados ao já citado desenvolvimento da crítica histórica farão em História da Província do Ceará um equacionamento anacronico entre civilização (abstratamente falando) e prática dos colonizadores europeus.

A verdade que o cotejo de várias fontes apresentava, podemos extrair do seguinte trecho (um mais candente entre vários outros):

Consistindo a escravidão dos gentios no abuzo e na opressão do fraco pelo forte, e existindo, na fraze de um rei portuguez, sem mais razão do que a cobiça e a força dos opressores, e a rusticidade e a fraqueza dos oprimidos, era impossivel que esse fado lamentavel, se não generalizasse, quando a cubiça instigava o industriozo europeu a tirar proveito da simpleza dos incolas americanos, cujo vigor muscular empregava na satisfação de sordida ambição.

Desprezados os principios cristãos, e as idéas de civilização, os nossos primitivos povoadores não medi-

pertença à tribo de origem. Uma partida sem retorno". Vide Alfredo Bosi, op. cit., p. 178 e 179.

²⁸ Bernardo Pereira de Vasconcelos e os Saquaremas distinguiram-se ideologicamente dos liberais chimangos em função do combate ao autonomismo e ao liberalismo economico, entendido como livre-cambismo, acordos diplomáticos com potência mais poderosa e trabalho assalariado. Vide Ilmar R. de Mattos, O Império da Boa Sociedade. São Paulo: Atual, 1991.

tavam nas consequências de um ato de reprovada prepotência, e só visavam o proveito imediato. Viam o acanhado presente do paiz selvagem sem crer no amplo futuro de um povo civilizado²⁹.

A citação é um tanto longa, mas poupa a repetição da mesma idéia através de muitas outras passagens do texto. Na medida em que o livro avança em seus capítulos, o que recorre sempre é a questão indígena e, ligado a ela, o destino de nossa população. Em outros termos, a composição étnica e moral de um povo, especialmente suas classes subalternas.

Uma informação após outra vem confirmar a extrema crueldade dos colonizadores em perseguir, prender e matar; a expropriação indevida dos bens e riquezas indígenas, seja por particulares, seja pelo poder público.

Parece não haver meio de conciliar os ideais civilizados com a prática impiedosa dos colonizadores. É neste ponto onde pesquisa histórica, pautada no investigar para julgar, tem que se justificar teoricamente com a ideologia do autor.

É preciso entender que essas opções pessoais pelo liberalismo, expressas por Alencar Araripe, não se fizeram sem uma trajetória coletiva muito anterior que criou, de antemão, a identidade entre os dominadores europeus e a classe de descendentes e mestiços, todos estes que foram direta ou indiretamente agentes internos dessa expansão civilizatória.

Essa tensão está ausente na Lenda do Ceará (Iracema), já que o discurso literário não tem os procedimentos técnicos e críticos que possui a historiografia³⁰. O romance encarna com sau-

²⁹ Vide Tristão de Alencar Araripe, op. cit., p. 68 e 69.

³⁰ De outra forma, diz Alfredo Bosi em **Dialética da Colonização** (op. cit., p. 179): "O que importa é ver como a figura do índio belo, forte e livre se modelou em um regime de combinação com a franca apologia do colonizador. Essa conciliação, dada como espontânea por Alencar, viola abertamente a história da ocupação portuguesa no primeiro século (é só ler a crônica da maioria das capitanias para saber o que aconteceu), toca o inverossímil no caso de Peri, enfim é pesadamente ideológica como in-

dosismo os elementos simbólicos que se despedem do que se foi. O que está salvo para a posteridade são características específicas que se colaram a uma nova nação a partir da simbiose entre etnias, natureza e linguagens. Essas características, avaliadas do ponto de vista político, são os valores a serem conservados pela nação brasileira: a dor, a resignação e a saudade. Conservados por quê? Porquê estariam naturalizados simbolicamente no espírito coletivo.

O que anima a historiografia liberal é um conjunto valorativo e ideológico bastante diferenciado. Já reproduzimos aqui a visão do fantástico, no qual Alencar Araripe acreditava. Para ele, as hordas errantes deveriam sumir, para realizar-se o destino racional que conduzia a história, a “lei providencial”: “Os factos humanos comprovam, que em todos os tempos a raça inteligente domina a menos feliz na força das faculdades, e que esta tende a desaparecer ante o predomínio daquella”³¹.

Acontece que os documentos vêm negar escancaradamente a realização desse desiderato oculto. Como resolver a questão?

Num flanco, Alencar Araripe desvincula o colonizador da Metrópole. Esta estaria sempre pronta em dar guarida ao índio e promover a aliança entre as raças. Seu esforço foi inútil pela própria ambição dos colonizadores.

Quando Alencar Araripe lança seu olhar sobre os oprimidos, salvação. Todo esforço da Metrópole é sem retorno: “(...)” os resultados jamais corresponderam às esperanças, e ao empenho da metropole”.³²

A explicação desta constatação vem logo a seguir:

A indole do indigena é antipatica aos principios da civilização européa; e jamais podiam fructificar os es-

terpretação do processo colonial. Nada disso impede, porém, que a linguagem narrativa de Alencar acione, em mais de um passo, a tecla da poesia”.

³¹ Vide Tristão de Alencar Araripe, op. cit., p. 20.

³² Idem, p. 73.

forços empregados para reduzir as hordas silvestres á vida civilizada. Mal admitiam os primeiros ensaios das artes, e da cultura intelectual, e logo abandonavam a vida civil para procurar os seus primeiros bosques³³.

Aldear era civilizar, na visão do historiador. A recusa ao aldeamento demonstrava o caráter arredio e inóspito do indígena. Tudo lhe fora dado pelos meios mais brandos e ele não se adaptou. Também seria isso muito difícil pela ausência de religião entre os aborígenes:

Os indígenas do Ceará, bem como os do resto do Brasil, não tinham verdadeiros principios religiosos, nem crenças definidas da divindade: ao menos não nos legaram ao conhecimento observações exactas e escrupulosas, que nos dêsem uma clara e precisa dos sentimentos religiosos dos primitivos habitantes da terra³⁴.

Só a atitude religiosa do colonizador podia empreender algum resultado, dado o fracasso da violência e da usurpação desonesta. Porém, se os indígenas não sabiam o que era religião, acreditando simplesmente em “superstições próprias de ânimos fracos e embrutecidos pela ignorância”³⁵, ficava impossível a penetração das formas da “raça inteligente”.

Alencar Araripe cede sua narrativa aos desígnios do trágico.

No ano de 1775, a Coroa dá oportunidade de governo das vilas pelos próprios indígenas, segundo estrutura jurídico-administrativa portuguesa. Haveria de ter juiz, vereador e oficial de justiça. Para Alencar Araripe:

A incapacidade dos indigenas para semelhantes governos brevemente revelou-se; e ainda mais uma vez deve reconhecer-se o dezejo sincero da metropole em civilizar os indigenas, e a insuficiencia das faculdades d'estes para aceitar e desenvolver a civilização européa³⁶.

³³ Ibidem.

³⁴ Idem, p. 21.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Idem, p. 76.

A tensão perde qualquer tonalidade humana. O conflito indígena/civilizado é visto como insolúvel. Não haveria política correta. Por mais complacência que houvesse da Coroa, os colonizadores estariam sempre dispostos a romper a legalidade e agir pela cobiça. Os gentios, por sua vez, seriam incapazes da civilização. A narrativa é tomada pela tragédia. O historiador equaciona o problema, delimita variáveis, mas demonstra a incapacidade de solução a bom termo. Não há mais astúcia racional e, sim, realização catastrófica e necessária. A história é imanente aos homens, mas sobre ela não há controle. O tempo torna-se uma entidade e ganha dimensão decisiva como agente histórico: “O indígena cearense veio em princípio sem cuidado a usurpação de seus terrenos. O tempo lhes foi estreitando o espaço dos bosques: a caça, a pesca e os frutos lhe escasseavam (...)” (grifo nosso) ³⁷.

Alencar Araripe busca recorrer ainda ao direito: “(...) não podia, segundo as regras do direito civil e do direito das gentes, obstar, que o homem civilizado se apoderasse d’essas terras, e as beneficiasse, adquirindo assim um título estavel e seguro de propriedade” ³⁸.

Esta passagem grita a ausência de solução viável da questão. O direito, sendo fruto da sociedade burguesa, não resolve o drama da violência civilizatória. É-lhe extemporânea Justifica, então, o injustificável. Alivia a dor de consciência, admitindo a falha da razão.

Encontramo-nos, então, diante de uma questão etnológica em que o instrumento teórico é insuficiente. O racionalismo objetivista do século XIX esteve às voltas com questão colonialista como um enigma insolúvel. Mesmo um autor como Marx, que não podemos enquadrar como defensor do direito burguês, titubeou em reconhecer a alteridade dos indianos colonizados pela Inglaterra. Parecia-lhe impensável que, diante de todos os males

³⁷ Idem, p. 78.

³⁸ Idem, p. 79.

que causava a destruição das culturas arcaicas, não houvesse alguma vantagem na penetração da modernização capitalista.

A adoração à vaca ou ao macaco como animais sagrados e outros aspectos estranhíssimos pintavam uma imagem de “barbarismo” que era inadmissível à cultura europeia do século XIX³⁹.

No imaginário europeu, cultura indígena e natureza identificavam-se. Desbravar terra, lavrá-la, prepará-la e fazê-la produtora de riquezas era tarefa tão urgente quanto domesticar os nativos. Eles são representados como objeto, solo a ser mondado pela civilização. Entretanto, a inegável realidade humana, indeterminável,, dos povos indígena persistia a toda domesticação. Assim, a tragédia toma o lugar da explicação e da compreensão. A ficção sobrepõe-se à “Sciencia”.

As questões étnicas aparecem como insofúveis. Em Alencar Araripe não resta senão a tragédia histórica. O desfavorecimento moral e intelectual de uma “raça” fazia cor que sucumbissem frente à “raça mais ativa e mais capaz de vencer a natureza”⁴⁰. O liberalismo, já objetivista, era incapaz do mais radical reconhecimento da alteridade indígena. Admite um pragmatismo cruel: a destruição dos povos nativos com realidade inevitável e progressista⁴¹.

Sem dúvida que a consequência mais imediata desse discurso é a recusa de pensar senão pejorativamente, a idéia de povo, tão louvada à época do liberalismo patriótico. A história, tida como processo real vivido, teria criado uma série de distorções na população. A violência das inumeráveis guerras familiares e dos crimes inescrupulosos seria a mais cabal: “As guerras contra

³⁹ A este respeito, vide bsé William Vesentini, “A Problemática do Imperialismo”, in: José William Vesentin Imperialismo e Geopolítica Global. Campinas: Papyrus, 1987, pp. 21-54.

⁴⁰ Vide Tristão de Alencar Araripe, op. cit., p. 79.

⁴¹ “Ella [a posteridade] dezerjarcí saber como a nobre raça caucziana suplantou, e aniquilou a raça arrebatando-lhe o dominio livre dos bosques, e plantando a civilização, que doma as feras, e ameniza as brenhas (Idem, Prefácio, p. V).

os gentios habituaram os nossos primeiros colonos ao pouco respeito á vida do homem”⁴²

Em Aquiraz, o nosso historiador contabiliza, em 1700 e 1708, 214 delinqüentes “que não eram perseguidos por falta de cadeia, e de agentes policiaes”⁴³. Em Icó, entre 1735 e 1795, “havia para cima de 1:000 criminosos, sendo a maior parte por facto de homicidio”⁴⁴. A historiografia posterior cozeu de várias formas essa tese, dentre eles João Alfredo Montenegro⁴⁵, Abelardo Montenegro⁴⁶ e José Honório Rodrigues⁴⁷. Porém enfatizaram mais os crimes no Ceará pela via das influências atávicas e anômicas dos aborígenes, ou de “cabras” e soterraram o caminho historicamente datável da violência dos colonos. Para Alencar Araripe, o próprio mundo dos “brancos” recebeu uma contrapartida destrutiva. A violência se colou a seus hábitos e às relações interpessoais e sócio-jurídicas.

Como fato mental, a **História da Província do Ceará** foi o ritual de passagem do liberalismo cearense rumo à prática imagi-

⁴² Idem, p. 127.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Um certo atavismo cultural enraizado na cultura popular caririense é o que demonstra o trabalho de João Alfredo Montenegro, onde o catolicismo acaba tomando feições rústicas e irracionais, como nos mostra a análise do movimento de 1832 (Vide João Alfredo de S. Montenegro. *Ideologia e Conflito no Nordeste Rural: Pinto Madeira e a Revolução de 1832 no Ceará*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976).

⁴⁶ “A massa de mestiços sem terras e sob o guante de imperiosas necessidades orientava-se pelos instintos” Vide Abelardo Montenegro. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 19).

⁴⁷ Vide José Honório Rodrigues. *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará 1959. José Honório tenta explicar todas essas manifestações ocorridas no Ceará, que em outros autores aparecem mescladas de questões econômicas e de mestiçagem, exclusivamente pela desintegração do mundo indígena decorrente do contato com o branco: “As raízes religiosas atrofiam-se e o que permanece é apenas magia ou bruxaria. A vida para a população que resulta do mundo antigo para o novo torna-se deserta e os valores vitais desaparecem” (p.16). Mais à frente: “A vida local já é uma síntese nova, uma nova criação não lusitana, mas lusitana, indígena e muito pouco negra” (p. 16).

nária e social da exclusão. Uma elite sorvedora da “luz”, sem o povo que desejaria ter. Ela impõe-se sobre ele para fazer valer seus desígnios providenciais e inadiáveis a qualquer preço. Valse da fria razão moderna e positiva e não mais dos direitos e da representatividade. Os selvagens desconheciam a representação política, mesmo que lhes fosse dada “autonomia” de organização.

Sob certos aspectos, essa elite empreende representações enquanto participante ativa de uma classe senhorial e não mais do patriarcado rural, mais frágil nas zonas subsidiárias a Pernambuco. Mas suas características são tão fortemente autoritárias que a idéia de um patriarcado urbano ou novo patriarcado não é absurda.

Alencar Araripe diz-nos que foi a violência contra o nativo que nos fez habitantes de uma terra sem lei. Os desconhecimentos dos direitos daquele que não é o nós, tem implicações lógicas em um nós que exerce a violência sobre o outro. Quando se escravizou, espancou e matou o indígena, quebrando qualquer princípio jurídico norteador, fundamentando-se simplesmente na diferença do nós para com eles, houve sérias implicações negativas. O árbitro do poder deixou de existir: tudo passou a ser arbitrário. Logo, agressivo. O nós, então, tornou-se o eu-todo-poderoso. Este, inicialmente, é o colonizador; depois o patriarca, senhor da família e dos agregados. É também o gênero masculino e, sob um ponto de vista sociológico, a classe senhorial do século XIX.

A situação é mais problemática, lembramos novamente, ao pensarmos nos indígenas como componentes da futura população e constituintes do povo da nação. Esse povo, desprovido, a priori, da cidadania, está marcado pelos signos e estigmas da incapacidade. Alencar Araripe não problematiza até aqui. Abandona a questão indígena, expressão hodierna, a uma trama trágica e insolúvel. Faz uso do canto indianista de Santa Rita Durão para fixar e imobilizar na memória um mundo que já se foi, no que podemos lembrar a seguinte passagem do teórico alemão, Walter Benjamin:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie⁴⁸.

Bastante diferente do indianismo de Durão e de Alencar, foi o de Gonçalves Dias. Para Alfredo Bosi, o poeta romântico Gonçalves Dias conseguiria resgatar a tradição dos vencidos numa dimensão de tragédia mitológica. O “trágico” em José de Alencar é, ao contrário, uma doce escravidão (expressão contida no clássico artigo de Machado de Assis, referindo-se a *Iracema*). Já em Gonçalves Dias, os “poemas fortes como *O Canto do Piaga e Deprecação* são agouros do massacre que dizimaria o selvagem mal descessem os brancos de suas caravelas”⁴⁹. Essa tradição é mitológica, já que está inscrita também na cultura asteca (da qual Gonçalves Dias não teria tido notícias), bem como no apocalipse cristão.

Bosi arrisca também uma explicação de caráter ideológico:

Talvez a familiaridade do maranhense com a luta entre brasileiros e marinheiros que marcou nas províncias do norte os anos da Independência explique a aura violenta e aterrada que rodeia aqueles versos de primeira mocidade. Em Alencar, ao contrário, a imagem do conflito retrocederia para épocas remotas passando por um decidido processo de atenuação e sublimação. Gonçalves Dias nasceu sob o signo de tensões locais

⁴⁸ Vide Walter Benjamin. *Magia e Técnica, Arte e Política* (Obras Escolhidas). São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 225.

⁴⁹ Vide Alfredo Bosi, op. cit., p. 184.

anti-lusitanas, que vão de 1822 aos Balaios. Alencar formou-se no período que vai da maioridade precoce de Pedro II (de que seu pai fora um hábil articulador) à conciliação partidária dos anos 50⁵⁰.

Se considerávamos desde o início de nossa análise a presença residual do indianismo arcádico (somado ao romantismo) em Alencar Araripe historiador, mais ainda se confirma esse caráter. Isto mescla-se, seguramente, aos padrões românticos vigentes.

Lembramos que o caráter romântico fez figura não só em certas passagens, mas nas motivações políticas do livro. A intenção era resgatar a figura do pai do historiador, Tristão Gonçalves, como herói-mártir de uma idéia - a independência - e do povo. Implicaria o resgate do imaginário romântico-patriótico.

Tudo isso será abandonado.

A visão autêntica do ideal romântico no Ceará ainda é a do literato José de Alencar com sua Lenda do Ceará. Sua fama e sua romântica retribuição ao carinho e às "qualidades" do povo cearense, fizeram dele e do romance, a via possível de encontro entre as classes abastadas e o povo. Surge como possibilidade fantasiosa e sentimental, a fusão da elite com o mundo popular num só *êthos*. Esse imaginário cobraria uma alma e um orgulho em ser elite de um povo brasileiro (a partir das identidades locais).

Por um lado, a "lenda" tem muito de simplesmente forjada⁵¹ e, por outro, é de fundo conservador. Mas não deixou de exigir, a si mesmo, ganchos que fugissem ao mundo da cultura erudita⁵².

⁵⁰ Idem, p. 185.

⁵¹ Referimo-nos aqui à inexistência entre os populares de uma tal índia Iracema, ou semelhante, com tal roteiro de fatos. Não estamos contestando o caráter de beleza e de imaginação do grande escritor.

⁵² Esta reflexão não quer associar o romance Iracema, de José de Alencar, ao campo das representações populares. Se ele representa uma alternativa ao imaginário liberal-positivo, a mesma coisa não pode ser dita em relação às tradições nobiliárquicas e imperiais, calcadas nos emblemas da

É evidente que o escritor, ao aludir a essa história, poeticamente contada em noites de luar, ao tempo de sua infância, quis dar-lhe cunho de lenda existente na tradição popular e, como todas as lendas, esta teria base em dados que se assentassem em remotos fatos reais⁵³.

Um grupo de românticos (que não sabemos bem seus nomes), reunidos num certo periódico Iracema, resolveu, trinta anos mais tarde, propor, a partir da “lenda” e da imaginação, uma outra nomeação para a cidade de Fortaleza. Ela se chamaria Iracema⁵⁴.

Esse imaginário romântico foi combatido com altivez. A mais fundamental argumentação exposta por Barão de Studart e apoiada pelo conselheiro Tristão foi a do fato inverossímil⁵⁵. A verdadeira história não o confirmava. Caso a sede do Estado do Ceará - argumentavam os historiadores - tivesse de mudar o topônimo, que fosse para Morenópolis, em homenagem à personagem histórica, Martim Soares Moreno.

Tristão de Alencar Araripe destacou-se à ponta da opinião positivista sobre a questão. Desconhecia não só o imaginário romântico, mas junto com ele, o direito dos signos naturais/populares construírem a identidade da memória local.

⁵³ Vide Sânzio de Azevedo. Aspectos da Literatura Cearense. op. cit., p. 95.

⁵⁴ Primeiro encontrei esta informação na ata de reunião da Academia Cearense, datada de 15 de outubro de 1895. Lá se registrava a leitura de uma certa carta do conselheiro Tristão de Alencar Araripe, e a mesma foi posteriormente publicada na Revista do Instituto do Ceará anno X, II trimestre, tomo, 1896, pp. 129-133.

⁵⁵ A carta do conselheiro, referida na nota anterior, foi um reforço enfático do nosso primeiro historiador ao corroborar a opinião de Guilherme Studart. Este, porém, foi o primeiro a manifestar-se contra o toponimo de inspiração romântica, na sua introdução aos Documentos para a Biographia do Fundador do Ceará. Fortaleza: Typographia Studart, 1895. Em exemplar que está no acervo de obras raras da Biblioteca Menezes Pimentel, em Fortaleza, temos a informação seguinte, do punho de Ismael Pordeus: “A lembrança de mudar o toponimo Fortaleza por Iracema foi de Antonio Bezerra, em artigo publicado no jornalzinho de igual nome - Iracema - em 2 de abril de 1895. Ano 1, no 1”.

No campo da tradição liberal, sua opção também não fez jus à memória do pai, que perdeu a vida lutando contra a atitude autoritária e anti-patriótica do Imperador ao dissolver a Constituição. Nas palavras do Barão de Studart, deu-se com Alencar Araripe uma “notável ironia” quando assinou, como Ministro da Justiça, o “decreto do Marechal Deodoro que dissolveu a 1ª Assembléia Geral da República que fora Constituinte”⁵⁶.

Ao que nos parece, Tristão de Alencar Araripe compreendeu tardiamente a realidade política. Os tempos já eram outros desde 1831, com a abdicação de D. Pedro I, quando já não existia um liberal no Ceará que ainda fosse um patriota. As elites liberais estavam no poder. Tendo conformado-se disto somente em fins dos anos sessenta, talvez. Certo é, que da História da Província do Ceará, privou-nos do segundo volume⁵⁷, onde Tristão Gonçalves figuraria na imagem de herói.

⁵⁶ Vide Guilherme Studart. Dicionário Bio-Bibliográfico. 3 vol. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1980, p. 160.

⁵⁷ José Aurélio Câmara, na introdução à obra de Tristão de Alencar Araripe (História da Província do Ceará. Fortaleza: Minerva, 1958, 2ª ed.), afirma: “É possível que tal parte tenha sido apenas esquematizada, reunida a documentação correspondente, mas não escrita, embora tempo e habilitação não faltassem ao autor. Escrevendo êste limo na casa dos trinta anos e falecendo aos oitenta e sete, tempo lhe sobraria para completá-lo, se assim o tivesse desejado (...)”.